ANÁLISE DO MERCADO DE TRABALHO

08_analise.pmd
23
19/11/02, 19:05

Mercado de trabalho

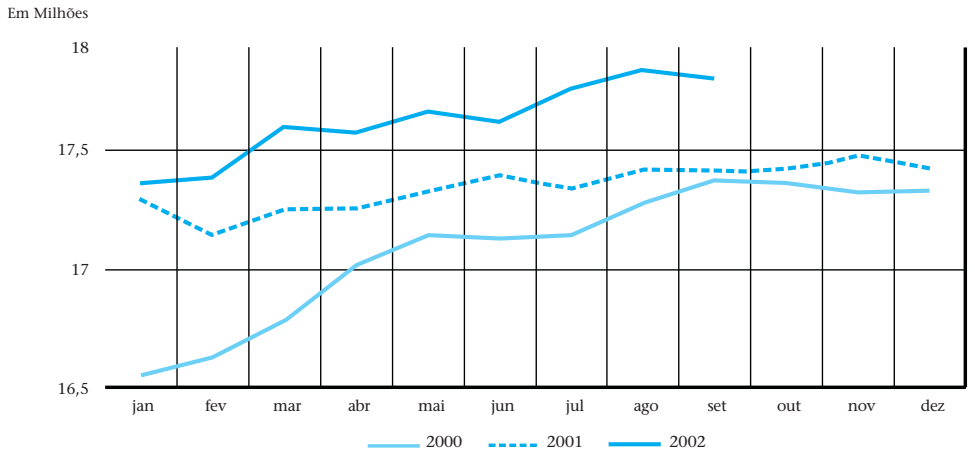
A evolução do mercado de trabalho em 2002 tem mostrado, no que se refere ao desempenho da ocupação, um comportamento até certo ponto surpreendente, se for levado em conta o clima de incertezas que pairou sobre a economia brasileira, notadamente a partir de meados de maio. A perspectiva de desaceleração da atividade econômica nos meses seguintes, acompanhando a instabilidade cambial que acabou levando a um novo e mais restritivo acordo com o FMI, apontava, sem dúvida, para uma retração da demanda por mão-de-obra, com fortes pressões sobre a taxa de desemprego.

Essa retração, tendo de fato ocorrido em junho, foi revertida em julho e agosto, meses em que a ocupação mostrou taxas de crescimento significativas. Porém, em setembro as dificuldades pelas quais vem passando a economia deram sinais de ter alcançado o mercado de trabalho,[1] menos pelo ligeiro recuo havido no nível de ocupação nas seis maiores regiões metropolitanas (-0,1%, de acordo com a PME/IBGE), o que na verdade deve ser entendido como estabilidade, e mais pelo fato de ser este um mês em que, dada a sazonalidade da atividade econômica, seria de se esperar um melhor comportamento do principal indicador do desempenho do mercado de trabalho (a última queda de agosto para setembro foi registrada em 1995).

Apesar desse ligeiro recuo/estabilidade em setembro, o nível deste ano, na comparação com setembro de 2001, é cerca de 2,2% maior, contribuindo para que a média dos primeiros nove meses esteja em um patamar 1,7% acima do verificado em igual período do ano passado. Aumento bastante expressivo se, conforme comentado, for levado em consideração o quadro de incertezas que vem mar-

1. Vale destacar, a procedência, ou não, desse temor depende dos próximos resultados, haja vista que a pequena variação pode ser de natureza puramente amostral e, de resto, é sempre temerário extrapolar tendências a partir de uma única nova observação (ver o ocorrido em junho, por exemplo).

GRÁFICO 1
BRASIL METROPOLITANO - NÍVEL DE OCUPAÇÃO (PME/IBGE) — 2000-2002



cando o cenário econômico. Na realidade, para um crescimento da economia da ordem das estimativas atualmente feitas — em torno de 1,5% —, o desempenho do mercado de trabalho pode ser considerado extraordinário, demonstrando uma capacidade de geração de novas oportunidades muito próxima,[2] ou mesmo superior, à variação do PIB.

Esse comportamento, ante as expectativas anteriores quanto à resposta que o mercado de trabalho daria à desaceleração da economia, chega a ser surpreendente, chamando a atenção para a possibilidade de se estar presenciando a manifestação de uma nova fase no que diz respeito a seus mecanismos de funcionamento, distinta daquela que prevaleceu na década passada, quando, durante os processos de reestruturação industrial, a economia exibiu uma baixa relação emprego/produto.

É, inclusive, nessa dinâmica do mercado que talvez se encontre uma das razões para o igualmente significativo crescimento da oferta de mão-de-obra, que vem se mostrando bastante superior ao da população em idade ativa (PIA). Nos primeiros nove meses deste ano o crescimento da oferta de trabalho foi, em média, de 3%, tendo alcançado 3,8% no mês de setembro, quando feita a comparação com iguais períodos de 2001.

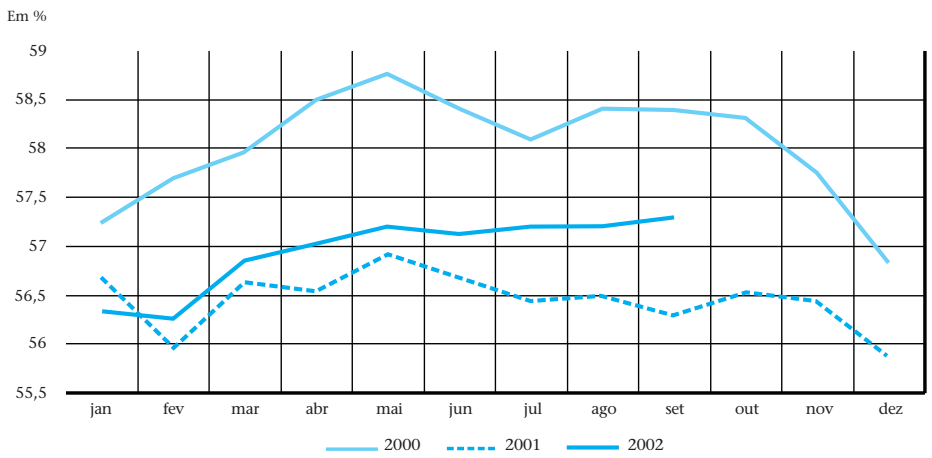
Essa variação da oferta resultou em um aumento na taxa de participação da ordem de 1 ponto percentual entre setembro deste ano e setembro de 2001, o que, em outras palavras, significa um acréscimo de cerca de 335 mil pessoas a mais no mercado de trabalho das seis regiões metropolitanas em que é feita a pesquisa, *além daquelas que o simples crescimento da população acima em idade de trabalhar (15 anos de idade ou mais) determinaria*. Embora tal crescimento tenha ocorrido em todas as faixas etárias abaixo de 50 anos, o fato que chama a atenção é o seu aumento entre os trabalhadores mais jovens (até 24 anos), uma vez que a oferta de trabalho, particularmente entre 15 e 17 anos, caracteriza-se por apresentar uma tendência histórica de diminuição relativa ante a população total desses segmentos.

A conseqüência inevitável desse aumento da taxa de participação, considerando-se que a demanda por trabalho, devido às condições macroeconômicas já está tendo um desempenho até melhor do que o esperado, tem de ser, então, o crescimento da taxa de desemprego. Assim, o mês de setembro viu esse indicador passar de 7,3%, verificados em agosto, para 7,5%, o que representa um aumento de 1,3 ponto percentual, em relação ao observado em setembro de 2001.

É importante destacar aqui que essa elevação teria sido bastante mais significativa caso não tivesse ocorrido a expansão no nível da ocupação já destacada. O caso da região

2. Esse fenômeno, aliás, já havia ocorrido em 2000, quando, para um aumento de 4,4% do PIB, a ocupação mostrou, na média do ano, um crescimento de 4%.

GRÁFICO 2
BRASIL METROPOLITANO - TAXA DE PARTICIPAÇÃO (PME/IBGE) — 2000-2002



metropolitana de São Paulo (RMSP) ilustra bem esse ponto. Se separarmos a amostra da PME em duas partes — São Paulo (45% do total, aproximadamente) e as cinco demais regiões (cerca de 55% do total) — temos realidades bem distintas no tocante à ocupação: enquanto para o segundo grupo a taxa de crescimento foi de 3,1% de setembro a setembro, para São Paulo ela não passou de 1,1% no mesmo período. Como conseqüência, o crescimento da taxa de desemprego na RMSP foi muito maior — 2,7 pontos percentuais, com a taxa atingindo o patamar recorde de 9,3% em setembro último.[3]

Em termos de setores de atividade econômica, os dados de setembro mostram que a retração do nível de ocupação se deu principalmente na indústria de transformação (-1,0%) e no comércio (-1,7%), tendo o setor de serviços contribuído para atenuar o volume de perdas de postos de trabalho, mostrando um pequeno crescimento sobre o verificado no mês anterior. Tomada em seu conjunto, essa evolução estaria sinalizando que as dificuldades da economia teriam finalmente alcançado o mercado de trabalho, impactando negativamente a demanda por mão-de-obra dos setores mais caracteristicamente ligados à produção.

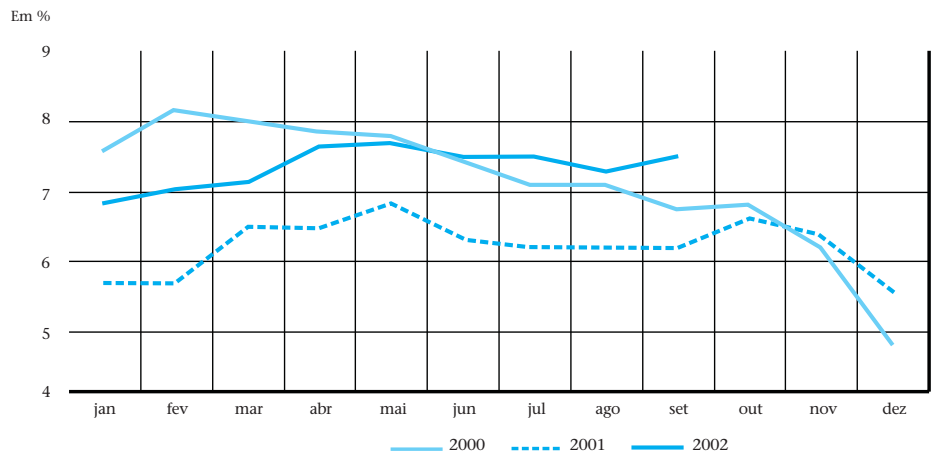
Uma vez mais a situação da RMSP serve para enriquecer a análise do comportamento da taxa de desemprego. A região paulistana é aquela para a qual a indústria de transformação tem maior importância na questão do emprego, respondendo por quase 20% da ocupação total, contra pouco menos de 13%

3. É importante destacar, também, que a pressão da oferta foi maior na RMSP do que no conjunto das demais regiões, com a PEA aumentando 4,1% e 3,7%, respectivamente, no intervalo de 12 meses em consideração. De forma até certo ponto surpreendente, o aumento da pressão da oferta na RMSP deveu-se majoritariamente ao crescimento da PIA, e não ao aumento da taxa de atividade, como nas demais regiões.

TABELA 1
PME/IBGE - REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO E DEMAIS REGIÕES — PRINCIPAIS VARIÁVEIS

VARIÁVEIS	REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO			DEMAIS REGIÕES		
	SETEMBRO/01	SETEMBRO/02	VARIAÇÃO	SETEMBRO/01	SETEMBRO/02	VARIAÇÃO
PIA	14.088.445	14.460.423	2,6%	18.858.433	19.098.050	1,3%
PEA	8.254.252	8.591.013	4,1%	10.304.130	10.680.645	3,7%
OCUPADOS	7.710.039	7.795.574	1,1%	9.705.672	10.006.762	3,1%
DESOCUPADOS	544.213	795.439	46,2%	598.457	673.881	12,6%
TAXA DE DESEMPREGO	6,6	9,3	2,7 pp	5,8	6,3	0,5 pp

GRÁFICO 3
BRASIL METROPOLITANO - TAXA DE DESEMPREGO (PME/IBGE) — 2000-2002



no conjunto das outras cinco. Considerando-se o intervalo de 12 meses entre setembro de 2001 e setembro 2002, enquanto o nível da ocupação industrial cresceu 2,6% nas outras cinco regiões, em São Paulo o emprego industrial ficou estagnado (até encolheu marginalmente em 0,2%).[4] Esta é uma constatação preo-cupante, na medida em que parece razoável admitir que as regiões mais industrializadas tendem a ser aquelas a acusarem mais rapidamente os efeitos do contexto econômico.

Voltando ao conjunto de todas as regiões cobertas pela PME, uma das implicações do recuo do emprego na indústria e do crescimento nos serviços é a deterioração dos indicadores de forma-lização das relações de trabalho. Isto, de fato, ocorreu em setembro: a redução do número de postos de trabalho alcançou exclusivamente os empregos formais, tendo havido um aumento do número de vínculos sem carteira assinada e de ocupações por conta própria.

Mesmo com o recuo havido até setembro na quantidade de trabalhadores por conta própria (–0,7%), o balanço dos movimentos de formalização/informalização do mercado de trabalho metropolitano revela que em 2002 deverá preponderar o crescimento da informalidade, a menos que uma retomada do nível de atividade econômica e do emprego venha a ocorrer nos últimos meses do ano e traga, com ela, um fortalecimento dos salários com carteira assinada.

Essa associação positiva entre dinamismo da atividade econômica e fortalecimento dos vínculos formais foi uma característica do período de aquecimento pós-desvalorização cambial. Com a desaceleração do ritmo da atividade econômica verificada a partir do segundo trimestre de 2001, quando o aquecimento da economia deu lugar, depois de um ano e meio de crescimento, a uma trajetória instável e incerta, o processo de reformalização do mercado de trabalho observado no ano passado entrou em compasso de espera. Nesse sentido, é provável que, no encerramento do ano, devido ao desempenho do PIB e do mercado de trabalho até setembro, os resultados acumulados em 2002 venham a mostrar algum recuo na melhoria ocorrida em 2001.

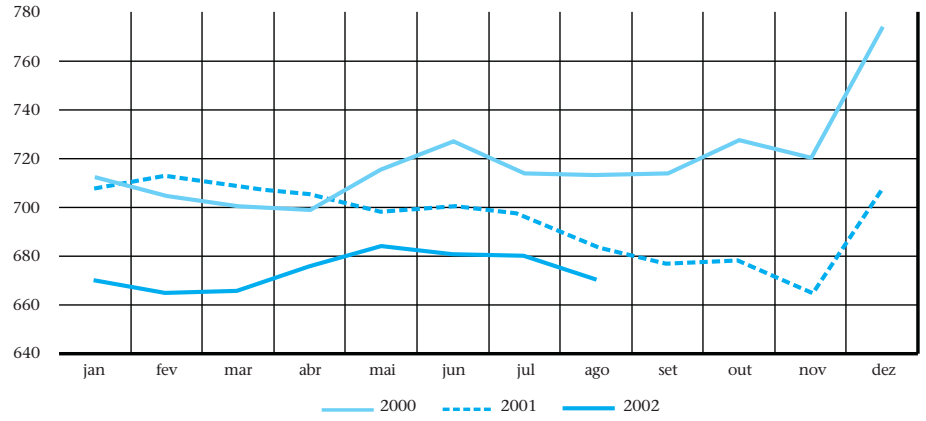
No que diz respeito aos rendimentos, os dados da PME relativos ao mês de agosto revelam a continuidade do processo de queda que se observa desde o início de 2001 (–1,5%, em termos reais, em relação a julho e –2,6%, na comparação com agosto do ano passado). Sem dúvida o crescimento da inflação é o principal fator explicativo dessa trajetória, uma vez que os rendimentos nominais vêm crescendo.

Um ponto que merece ser destacado neste particular é que, uma vez que as variações dos indicadores de preços vinham tendo, pelo menos até agosto como um de seus principais focos os aumentos dos preços administrados, não sendo um fenômeno generalizado na economia, essas quedas do rendimento real dos trabalhadores não representam a contrapartida de um aumento de preços das empresas. A não-existência desse aumento significa, então, que a redução nos rendimentos reais, mostrada pela PME, embora tenha imposto perdas aos trabalhadores, não se traduziu em redução relativa dos custos salariais das empresas.[5] Isso, numa conjuntura de desaceleração da economia, torna ainda mais significativo o crescimento que o nível de ocupação vem exibindo, na medida em que a redução do preço relativo da mão-de-obra não desempenhou nele um papel central.

Por fim, esse aumento do nível de ocupação tem contribuído para atenuar a queda da massa salarial real da média dos primeiros oito meses deste ano, provocada pela diminuição dos rendimentos reais médios, quando comparada com igual período de 2001: enquanto os rendimentos apresentam, nessa comparação, uma queda de 4,1%, a perda observada na massa salarial foi menor, ficando em 2,4%.[5]

4. Chama a atenção, também, o comportamento da ocupação na construção civil em São Paulo, pois embora seja um setor que apresentou de modo geral um desempenho fraco (o emprego neste segmento caiu 1,4% nas outras regiões nos últimos 12 meses), em São Paulo chegou a ser pífio, com uma queda de 16,2%.

5. Lembrando, ainda, que os rendimentos nominais não estão em queda.

GRÁFICO 4
BRASIL METROPOLITANO - RENDA REAL MÉDIA (PME/IBGE) — 2000-2002

Em Reais de Jan/2000